

Aperto histórico

MARCELO TOKARSKI

DA EQUIPE DO CORREIO

No primeiro mês após se desligar do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo deu sinais de que manterá o forte arrocho que têm marcado sua política fiscal. Em abril, o superávit primário (receita menos despesas antes dos gastos com os juros) do setor público atingiu R\$ 16,3 bilhões, o melhor resultado desde 1991, quando o Banco Central (BC) iniciou este tipo de divulgação.

O esforço fiscal foi tanto que, pela primeira vez em 12 meses, a economia foi suficiente para pagar os juros, de R\$ 13,3 bilhões, sobrando R\$ 3 bilhões. Classificada pelos economistas como superávit nominal, esta "poupança extra" não ocorria desde abril do ano passado, quando foi de R\$ 1,997 bilhão. Desde o início da série histórica, essa é apenas a sétima vez em que as contas da União, estados e municípios fecham com superávit nominal.

Impulsionado pelo aumento da arrecadação, contenção dos gastos e pela desvalorização do dólar, que recuou 5,1% frente ao real em abril, o caixa do governo conseguiu reduzir a dívida pública dos R\$ 965,9 bilhões de março para R\$ 956,7 bilhões em abril. Com isso, a dívida brasileira passou de 50,8% para 50,1% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país. É a melhor relação dívida-PIB desde abril de 2001, quando esteve em 49,95% (leia texto nesta página).

No primeiro quadrimestre, o superávit primário atingiu R\$ 44 bilhões, o equivalente a 7,3% do PIB. O desempenho supera com folga de 1,6 ponto percentual a meta traçada pelo Ministério da Fazenda para o período, que previa um superávit de 5,7% do PIB, ou R\$ 35,8 bilhões. O resultado também é 35,8% superior aos R\$ 32,4 bilhões registrados no mesmo período do ano passado, que equivaleram a 6,1% do PIB.

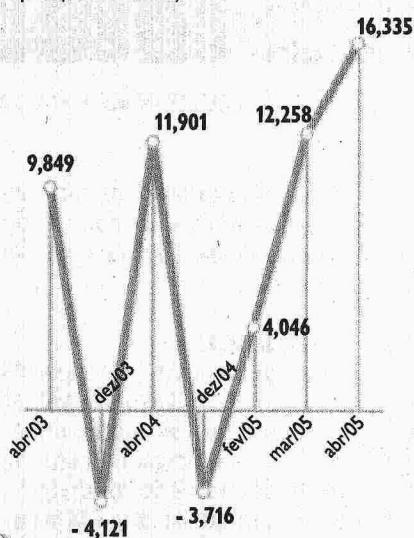
Na avaliação do chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, a folga de R\$ 8,232 bilhões sobre a meta traçada para o primeiro quadrimestre permitirá ao governo maior flexibilidade para cumprir a meta anual, de 4,25% do PIB. Os R\$ 44 bilhões economizados de janeiro a abril representam mais da metade da meta para todo o ano, de R\$ 83,850 bilhões, segundo o Ministério da Fazenda. "Cumprir essas metas é um compromisso de governo, e a margem superior a R\$ 8 bilhões é bastante razoável. Mas esses resultados do início do ano não irão se repetir daqui para frente", afirmou.

Altamir Lopes explicou que os números recordes de abril se devem à sazonalidade, com aumento da receita oriundo de pagamentos do Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas (primeira cota ou cota única) e para empresas (cota trimestral). Somente estes dois fatores injetaram R\$ 1,4 bilhão nos cofres públicos. "Além disso, as despesas são menores em abril. Os gastos com custeio e capital caíram R\$ 1,7 bilhão e os com pessoal e encargos, R\$ 200 milhões", justificou.

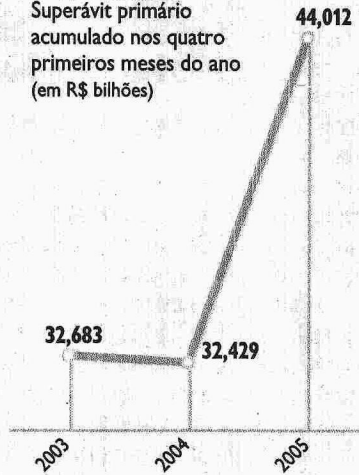
A arrecadação do governo também foi beneficiada em

OS NÚMEROS DO ARROCHO

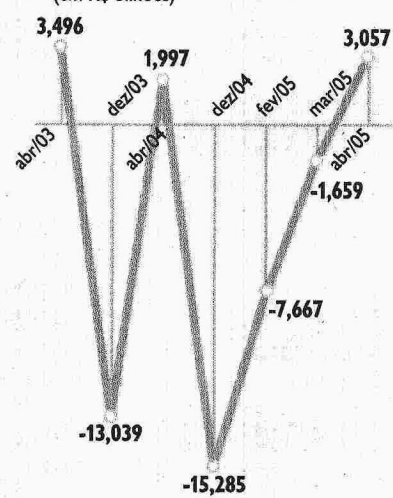
O superávit primário mensal do país (em R\$ bilhões)



Comparação
Superávit primário
acumulado nos quatro
primeiros meses do ano
(em R\$ bilhões)



O resultado nominal
(em R\$ bilhões)

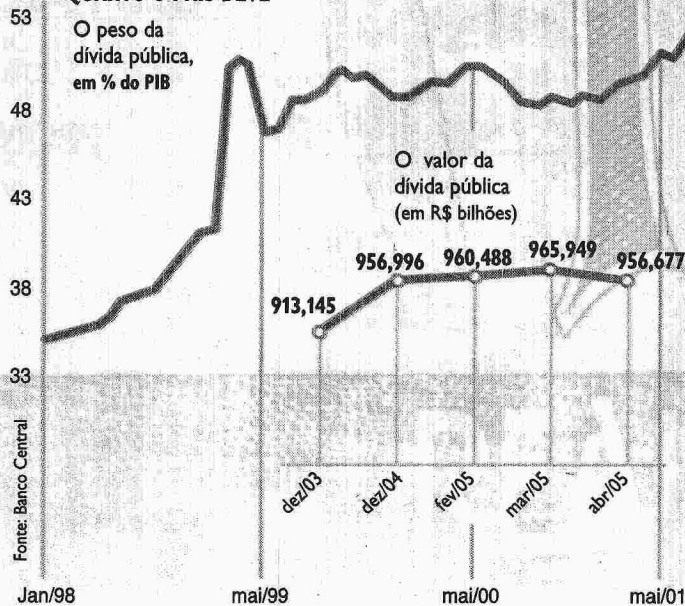


Entenda os superávits

O superávit primário é a diferença entre o que o governo arrecada e gasta (receitas menos despesas), sem considerar o pagamento dos juros da dívida pública. Quando as despesas com juros são incluídas temos superávit ou déficit nominal. Se o dinheiro para pagar os juros não é suficiente, a dívida pública aumenta.

QUANTO O PAÍS DEVE

O peso da
dívida pública,
em % do PIB



abril pelos lucros do primeiro trimestre pagos por dois bancos oficiais. A Caixa Econômica Federal repassou ao Tesouro Nacional R\$ 500 milhões, enquanto o BNDES transferiu R\$ 400 milhões. O Banco do Brasil (BB) ainda não repassou seus lucros ao Tesouro.

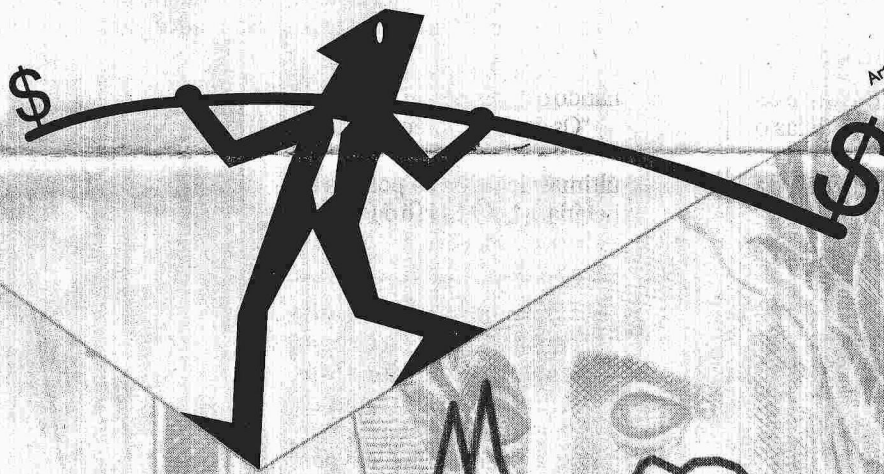
Para o economista Carlos Eduardo de Freitas, os resultados divulgados ontem são "fantásticos". "Um superávit de 7,3% do PIB no quadrimestre mostra um saneamento muito forte das contas públicas, o que pode indicar o início do momento de redução da carga tributária com vistas a estimular investimentos produtivos", analisa. "Não vejo uma situação macroeconômica de tanta qualidade há décadas no Brasil", afirmou o economista, que já foi diretor do Banco Central.

Segundo Freitas, outro benefício do arrocho fiscal é contribuir para segurar a pressão inflacionária e abrir espaço para uma estabilização da taxa básica de juros (Selic), hoje em 19,75% ao ano. "Com essa política fiscal austera e eficiente, o

governo poderá ter em 2006 espaço para reduzir a alta carga tributária e os juros, possibilitando que as empresas invistam em sua capacidade produtiva e abram postos de trabalho. O Brasil pode largar na *pole position* em 2006", comparou.

Mercado

A divulgação do superávit primário recorde foi bem recebida pelos mercados. "A interpretação é de que a capacidade de pagamento do governo brasileiro frente a seus títulos é cada vez melhor, e isso agrada em cheio aos mercados", avalia o economista do JP Morgan Fábio Akira. Ontem, influenciada pelo bom resultado das contas públicas e pelos sinais de desaquecimento da inflação, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta de 0,67%, aos 25.424 pontos e com giro de R\$ 701 milhões. "O resultado não é maior porque o mercado já havia se antecipado se antecipa a esse tipo de movimento", explicou Akira. Além disso, de acordo com analistas, o feriado nos Estados Unidos ajudou a "esfriar" o pregão.



Arte: Amaro Junior

50,01%

Fonte: Banco Central